

HM Hotéis e Turismo S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório dos Auditores Independentes

HM Hotéis e Turismo S.A.

Demonstrações financeiras

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado do exercício	6
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e Acionistas da
HM Hotéis e Turismo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HM Hotéis e Turismo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HM Hotéis e Turismo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 1 às demonstrações financeiras, que menciona que as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2023, a companhia apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 129.041 mil, patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 110.280 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$ 131.184 mil, e prejuízo no exercício no montante de R\$ 22.353 mil. Adicionalmente, a nota explicativa n.º 1 descreve situações que demonstram os esforços da administração para o cumprimento das obrigações da companhia, renegociação junto a credores, incluindo as autoridades fiscais, além de investimentos em novos projetos com o objetivo de aumentar o faturamento e a margem (além da redução dos custos operacionais). Esses eventos, juntamente com outras condições descritas na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Recuperação judicial

Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 1.1 às demonstrações financeiras da Companhia, foi ingressado em 21 de setembro de 2020, por meio do processo 1087857-63.2020.8.26.0100 o pedido de Recuperação Judicial – Concursos de Credores da HM Hotéis e Turismo S.A. A Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Judicial, nos termos da Lei n.º 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo em 01 de outubro de 2020. Em 13 de novembro de 2023, foi proferida a sentença, que declarou o encerramento da recuperação judicial.

Obrigações fiscais e tributárias – Parcelamentos tributários

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n.º 10 b e 10.1, às demonstrações financeiras da Companhia, que trata dos parcelamentos tributários federais. Em 21 de setembro de 2021, foi celebrado entre a União (Fazenda Nacional), e o HM Hotéis e Turismo S.A, o Termo de Transação Individual, fundamentados nas Leis 5.172/1966, art. 171, 13.988/2020 e 10.522/202, art. 10-C, e nas Portarias PGFN 14.402/2020, 9.917/2020 e 2.382/2021. Nos termos do acordo, foram incluídas como requerentes HM Hotéis e Turismo S.A, e outras empresas do grupo Maksoud, cujo passivo foi consolidado ao requerente principal, HM Hotéis e Turismo S.A. A transação objetiva o equacionamento da totalidade dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS existentes na data da assinatura deste acordo (“Dívida Transacionada”). Em nossos exames referente ao exercício de 2023, analisamos o cumprimento dos termos do parcelamento sobre os pagamentos.

Operações com partes relacionadas

A Companhia e suas investidas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas. Chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 6 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia possui o saldo de R\$ 76.847 mil a receber da parte relacionada Hidroservice Engenharia Ltda. em Recuperação Judicial, que se encontra em recuperação judicial.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 16 de julho de 2024.

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1



MAKSOU D

HM Hotéis e Turismo S.A.
Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	4
Contas a receber	5	17	77
Imposto a recuperar		6	6
Adiantamentos		164	91
Despesas antecipadas		27	24
Outros créditos		-	2
		215	204
Não circulante			
Partes relacionadas	6	100.770	76.847
Depósitos judiciais e cauções	12	50.037	92.404
Imobilizado	7	56	112
		150.863	169.363
Total do ativo		151.078	169.567
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	102.074	96.256
Obrigações trabalhistas e sociais	9	21.666	23.595
Obrigações tributárias	10	4.239	7.760
Empréstimos e financiamentos	14	62	2.483
Adiantamentos	13	1.215	2.242
		129.256	132.336
Não circulante			
Obrigações tributárias	10	119.966	113.080
Provisão para demandas judiciais	12	1.250	1.131
Empréstimos e financiamentos	14	-	61
Receitas Diferidas	10.1	10.886	10.886
		132.102	125.158
Patrimônio líquido			
Capital social	15	20.904	20.904
Prejuízos acumulados		(131.184)	(108.831)
		(110.280)	(87.927)
Total do passivo e patrimônio líquido		151.078	169.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HM Hotéis e Turismo S.A.**Demonstrações do resultado do exercício****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Em milhares de reais)**

	Notas	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL			
Receita de prestação de serviços e locações	16	244	116
Outras Receitas	16	1	271
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(33)	(21)
Impostos e Contribuições Incidentes sobre Serviços Prestados	16	(33)	(21)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		212	366
(-) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gastos com pessoal	19	(3.439)	(5.791)
Alimentos, bebidas e tabacaria		(18)	(42)
Remuneração aos administradores	15.3	(971)	(915)
Depreciação e amortização		(56)	(56)
Energia, água, telefone, gás, cartórios e correios		(154)	(1.004)
Serviços de Terceiros	20	(5.990)	(4.607)
Comissões de vendas		-	(27)
Conservação e Manutenção		(6)	(593)
Marketing e propaganda		(8)	(13)
Aluguéis	23	(1.502)	(338)
Material de limpeza, escritório e cozinha		(10)	(10)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(43)	-
Provisões fiscais, previdências, trabalhistas e cíveis	21	(119)	5.917
Outras provisões		(60)	(344)
Transporte, brindes e hospedagem		(90)	(297)
Prêmios de seguro		-	(7)
Despesas tributárias e não recorrentes	22	(112)	(3.130)
Despesas com depósitos judiciais	24	-	(2.942)
Outros		(32)	(119)
		(12.610)	(14.318)
Receita não operacional	18	1.289	59.020
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(11.109)	45.068
(-) Despesas Financeiras	17	(12.736)	(17.515)
(+) Receitas Financeiras	17	1.492	94.318
Resultado financeiro líquido		(11.244)	76.803
(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E SOBRE O LUCRO		(22.353)	121.871
(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	11	-	-
(=) RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(22.353)	121.871
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(22.353)	121.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MAKSOUR

HM Hotéis e Turismo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro / (Prejuízo) do exercício	(22.353)	121.871
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u><u>(22.353)</u></u>	<u><u>121.871</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MAKSOU D

HM Hotéis e Turismo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	20.904	(230.702)	(209.798)
Lucro do exercício	-	121.871	121.871
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	20.904	(108.831)	(87.927)
Prejuízo do exercício	-	(22.353)	(22.353)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	20.904	(131.184)	(110.280)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MAKSOU D

HM Hotéis e Turismo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro / (Prejuízo) do Exercício Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.354)	121.871
Ajustes de Receitas e Despesas que não afetam o Caixa e Equivalentes		
Depreciação e Amortização	56	56
Provisão para Demanda Judicial	119	(5.917)
(Aumento) Redução dos Ativos		
Contas a receber	60	138.074
Créditos Diversos	1	32
Impostos a Recuperar	(1)	(6)
Adiantamento	(72)	10
Despesas Antecipadas	(3)	(24)
Depositos Judiciais	42.367	(89.445)
Ativo Imobilizado Destinado a Venda	-	1.652
Partes relacionadas	(23.923)	(41.074)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(387)	(136)
Fornecedores Quirografários	6.206	4.400
Credores Diversos	-	(262)
Obrigações trabalhistas	(924)	470
Trabalhistas Quirografários	(1.005)	(238)
Obrigações tributárias	3.367	(43.372)
Receita Diferida	-	(91.325)
Adiantamento	(1.027)	(8)
Outras Exigibilidades	(62)	-
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	2.418	(5.242)
Atividades de financiamentos		
Financiamentos	(2.421)	(52)
Geração (utilização) de caixa das atividades de financiamento	(2.421)	(52)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(3)	(5.294)
Caixa e equivalentes no início do período	4	5.298
Caixa e equivalentes no fim do período	1	4
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(3)	(5.294)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações sobre a Companhia

O HM Hotéis e Turismo S.A. (“Maksoud” e/ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, cuja atividade é a prestação de serviços e licenciamento da marca, abrangendo todas as atividades complementares relacionadas direta ou indiretamente a esta atividade.

Até ao final do exercício de 2023, a atividade principal da Companhia está vinculada à prestação de serviços de consultoria a terceiros referente a operação hoteleira.

A Companhia, visando a implementação do seu plano de negócios, acrescentou em seu Estatuto Social as atividades de: (i) compra, venda e licenciamento do uso e exploração de marcas, franquias e recebimento de royalties, (ii) compra, venda, locação de bens móveis e imóveis próprios ou de terceiros, (iii) consultoria e assessoria em gestão empresarial, (iv) elaboração de cursos, treinamentos profissionais e avaliações técnicas, (v) serviços associados ao comércio, aluguel e lavagem de artigos de cama, mesa e banho, (vi) design de mobiliário, outros objetos domésticos e acessórios de luxo (vii) reprodução para difusão comercial, de softwares, a partir de matrizes, em cumprimento ao disposto na cláusula 3.1 do Plano de Recuperação Judicial.

Para dar continuidade a suas funções e futuros negócios, locou o imóvel localizado a Rua Diogo Moreira, 132, conjunto 1602, onde está estruturada e estabelecida a nova sede do HM Hotéis e Turismo S/A.

1.1 – Recuperação judicial

A Companhia promoveu ao longo dos anos a tentativa de recuperação da capacidade de geração de caixa mediante ações de reestruturação administrativa e financeira, com a adoção de processos que permitam melhoria contínua e conseqüentemente percepção de qualidade por parte dos clientes; continuidade no aprimoramento dos níveis de governança corporativa; foco em treinamento e certificação de mão de obra; redução de custos; ajustes e aprimoramento das atividades do hotel, visando permitir melhoras de receitas unitárias. No entanto, em 2020, em função da pandemia, o hotel permaneceu quase seis meses fechado, com as suas receitas sendo fortemente impactadas, com redução drástica ao longo do ano.

O HM Hotéis e Turismo S/A, ingressou com pedido de Recuperação Judicial na data de 21 de setembro de 2020, processo nº 1087857-63.2020.8.26.0100, em trâmite perante a 1ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais de São Paulo, e, no dia 13 de novembro de 2023, foi proferida sentença, declarando o encerramento da recuperação e, a partir de então, a Companhia excluiu de sua razão social a expressão “Em Recuperação Judicial”.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2022.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As demonstrações financeiras da Companhia, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, foram autorizadas pela Diretoria para emissão e divulgação.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda Funcional e moeda de apresentação

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, é requerido que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem principalmente: provisões para perda estimada ou cancelamentos, restituição de comissões ou para redução ao valor recuperável de ativo, quando aplicável, além da provisão para demandas judiciais.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) *Provisão para perda estimada*

Uma provisão é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças de créditos a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada dos créditos pendentes de longa data.

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)*

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) *Provisões para demandas judiciais*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e outras deduções similares.

As principais fontes de receitas da Companhia estão descritas a seguir:

- Serviços e outras receitas – Prestação de serviços de consultoria hoteleira.

Os demais resultados da operação, bem como as despesas e ou receitas operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.2. Tributos sobre o faturamento

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previstos nas legislações federais, estaduais e municipais. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos de impostos e contribuições são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos e serviços prestados na demonstração do resultado.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.3. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) investimentos mantidos até o vencimento, (c) ativos financeiros disponíveis para venda e (d) empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.

3.3.1 Método de juros efetivo

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento de dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.3.2 Empréstimos e recebíveis

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia refere-se substancialmente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

3.3.3 Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

terceiro por força de acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

3.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e adiantamentos de clientes. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

3.4.1 Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.4.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.5. Provisões

3.5.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.5.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.7. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das Demonstrações Financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As aplicações financeiras são mensuradas com base nos rendimentos e registrados no resultado quando incorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. Dessa forma, não houve ajuste do valor justo em conta do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

3.9. Contas a receber

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço, ajustados pela perda estimada, se necessária.

A perda estimada para o contas a receber é constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas com as contas a receber, baseado em avaliação efetuada pela Administração que leva em consideração perdas passadas e a análise de saldos de improvável realização.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.9.1. Provisão para perda estimada (créditos de liquidação duvidosa)

A provisão para perdas estimadas, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

3.10. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens do ativo imobilizado são avaliados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2023 e 2022. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

3.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e ajustes ao seu provável valor de recuperação, quando necessário. Ativos intangíveis gerados internamente, não são capitalizados, e o gasto é refletido no resultado no exercício em que for incorrido.

3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes

Os seguintes critérios são também aplicados para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis:

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social, quando houver indicativo de “impairment”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

3.13. Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valor abaixo de 20 mil reais). Para

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

A Companhia possui operações de arrendamento de imóveis com prazo médio de aluguel 36 meses, com saldo remanescente de 12 meses.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa incremental no arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra do bem, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças do índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesses casos, o passivo de arrendamento remensurável com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamentos revisados usando taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou 100% dos contratos de arrendamento, e aplicou nas suas demonstrações financeiras o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

3.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pró rata temporis").

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.14.1 Juros sobre empréstimos

Os juros sobre empréstimos e financiamentos são apropriados em função do prazo decorrido do contrato utilizando-se a taxa efetiva de juros.

3.15. Imposto de renda e contribuição social - corrente

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas e registradas conforme legislação vigente. As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

3.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão de acordo com a Deliberação CVM n.º 718/13, que aprovou o documento de revisão do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) /NBC TG 03 (R3) /IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas diretamente proporcional.

3.18. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em (após) 01 de janeiro de 2023:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2, Divulgação de Políticas Contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos bancários a vista	-	3
Aplicações financeiras	1	1
	<u>1</u>	<u>4</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos referem-se a CDB – Certificado de Depósito Bancário remuneradas à taxa do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Hóspedes, operadoras e agências (a)	17	77
Total contas a receber	<u>17</u>	<u>77</u>

(a) Saldo a receber referente prestação de serviços de consultoria hoteleira.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há valores considerados pela Administração como perda estimada.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Partes Relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Hidroservice Engenharia Ltda.	100.770	76.847
	<u>100.770</u>	<u>76.847</u>

Valores de partes relacionadas relativos aos pagamentos que a HM Hotéis e Turismo S/A em favor da – Hidroservice Engenharia Ltda, de seus Passivos.

7. Imobilizado

	<u>Direitos de Uso</u>
<u>Custos</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>168</u>
Aquisição	-
Baixas	-
Transferências	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>168</u>
<u>Depreciação</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(56)</u>
Adições	(56)
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(112)</u>
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2022	112
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2023	56

Direitos de Uso referente a locação do escritório situado à Rua Diogo Moreira, 132, conjunto 1602, em contrato de 36 meses, com saldo remanescente em 31/12/2023 de 12 meses.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Materiais	-	27
Serviços	151	437
Contratos	30	102
Outros	379	380
	<u>560</u>	<u>946</u>
Classe III (a)	101.458	95.117
Classe IV (ME e EPP) (b)	56	193
	<u>101.514</u>	<u>95.310</u>
	<u>102.074</u>	<u>96.256</u>

- (a) Aumento do saldo decorrente de correção monetária mensal dos Quirografários no âmbito da Recuperação judicial.
- (b) Diminuição do saldo da Classe IV, apesar da correção monetária mensal, o montante de pagamentos realizados aos credores foi superior e acarretou diminuição do passivo com a Classe IV.

Mesmo com o fim da Recuperação Judicial, a Companhia, continua com o cumprimento do cronograma definido de pagamento aos fornecedores, conforme plano da Recuperação Judicial.

9. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos incidentes (a)	54	1.076
Provisão de férias com encargos incidentes	72	17
Total	<u>126</u>	<u>1.093</u>
Trabalhistas - Classe I (b)	21.497	22.502
FGTS Trabalhistas - Recuperação Judicial	43	-
Obrigações trabalhistas após Recuperação Judicial	<u>21.540</u>	<u>22.502</u>
	<u>21.666</u>	<u>23.595</u>

- (a) Diminuição em virtude da queda de 90% do quadro dos funcionários da Companhia de 2022 para 2023.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (b) Obrigações Trabalhistas sujeitas a Recuperação Judicial. Apesar do encerramento da Recuperação, a Companhia permanece com o cumprimento do plano inicial com seus credores trabalhistas.

10. Obrigações fiscais e tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS	77	264
PIS	13	45
IPTU	-	4.025
ISS	1	3
Outras	154	124
Total Obrigações Tributárias Correntes	245	4.461
Parcelamentos tributários - municipais (a)	2.979	2.639
Parcelamentos tributários - federais (b)	1.015	660
Total Parcelamentos	3.994	3.299
Obrigações – Passivo Circulante	4.239	7.760
CSRF	-	110
COFINS	-	5
PIS	-	1
IRRF	-	137
INSS	-	9
ISS	18.235	16.619
IPTU	11.298	4.984
Outras	-	1
Total	29.533	21.866
Parcelamentos tributários - federais (b)	70.079	70.545
Parcelamentos tributários - municipais (a)	20.354	20.669
Total Parcelamentos	90.433	91.214
Obrigações – Passivo Não Circulante	119.966	113.080
Total das Obrigações Tributárias	124.205	120.840

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As obrigações fiscais e tributárias apresentadas no passivo, compreendem a valores correntes apurados nas operações da Companhia e que não foram objeto de lançamentos em dívida ativa pelas autoridades fiscais. Os valores registrados no passivo não circulante, exceto os parcelamentos, correspondem as obrigações fiscais e tributárias apresentadas como dívida ativa.

(a) Parcelamentos tributários municipais:

I - Durante o exercício de 2021 ocorreu o rompimento dos parcelamentos municipais referente ao Imposto Sobre Serviços – ISS, cuja dívida anteriormente registrada no passivo não circulante parcelamentos municipais, foi reclassificada, para a rubrica de ISS passivo não circulante;

II – Reconhecimento da dívida corrente e parcelamento do IPTU sobre o imóvel, sito à rua Carlos do Pinhal, n.º 424 e 608, esquina com a Alameda Campinas, e fundos para a Alameda Ribeirão Preto, Bela Vista.

(b) Parcelamentos tributários federais:

Em 21 de setembro de 2021, foi celebrado entre a União (Fazenda Nacional), e o HM Hotéis e Turismo S.A. em Recuperação Judicial, o Termo de Transação Individual, fundamentados nas Leis 5.172/1966, art. 171, 13.988/2020 e 10.522/202, art. 10-C, e nas Portarias PGFN 14.402/2020, 9.917/2020 e 2.382/2021.

Nos termos do acordo, foram incluídas como requerentes HM Hotéis e Turismo S.A. em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 47.396.635/0001-13; Hidroservice Amazônia S/A Agropecuária e Industrial, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 05.054.358/0001-10; Hidroservice Engenharia Ltda em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 60.887.445/0001-67; HSBX Bauru Empreendimentos S/A em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 67.760.702/0001-44; Manaus Hotéis e Turismo S/A em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 22.778.617/0001-75 e HMKY Empreendimentos Participações Administração S/A, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 01.095204/0001-16, , que no referido acordo, foram consolidadas ao requerente principal, HM Hotéis e Turismo S.A. em Recuperação Judicial.

A Transação Individual tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos das Requerentes, a redução de litígios e o cumprimento do plano de recuperação judicial nos autos do processo n.º 1087857-63.2020.8.26.0100, em trâmite perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP. A Transação objetiva o equacionamento da totalidade dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS existentes na data da assinatura deste acordo (“Dívida Transacionada”).

Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada não será objeto de cobrança contra as Requerentes, tampouco contra qualquer outra pessoa a elas relacionadas, existentes ou que eventualmente vierem a ser criadas, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

Até 50% em relação aos débitos das Requerentes HIDROSERVICE AMAZÔNIA S/A AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e HMKY EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES ADMINISTRAÇÃO S/A; Até 70% em relação aos débitos das demais requerentes, empresas em recuperação judicial; Pagamento dos débitos não previdenciários das Requerentes HIDROSERVICE AMAZÔNIA S/A AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL e HMKY

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES ADMINISTRAÇÃO S/A em 84 parcelas mensais, e dos débitos não previdenciários das demais Requerentes em 120 parcelas mensais;

Pagamento dos débitos previdenciários em 60 parcelas mensais;

Pagamento de, no mínimo, 50% da totalidade dos débitos transacionados em até 60 (sessenta) meses;

Os débitos de FGTS, FGSP201103389 e FGSP202001785, serão transacionados da seguinte forma:

Modalidade de Transação – 23 (Demais PJ)

Desconto Máximo – 45%

Máx. Parcelas Trab. – 12

Máx. Parcelas Fundo (se houver) – 64

O valor de cada parcela da Transação relativa à Dívida Ativa da União será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O valor de cada parcela da Transação relativa à Dívida Ativa do FGTS será corrigido de acordo com o disposto na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

À exceção dos depósitos existentes na Execução Fiscal n.º 0028349-57.2009.403.6182, as Requerentes concordam que os demais depósitos judiciais identificados nas execuções fiscais relativas à Dívida Transacionada sejam imediatamente transformados em pagamento definitivo e imputados nas respectivas inscrições, sem descontos.

Expressa e irrevogavelmente, as Requerentes desistem das impugnações ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renunciam a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

10.1. Receita Diferida

Em função da celebração do Termo de Transação Individual, e conseqüentemente o parcelamento da dívida fiscal e tributária, foi gerado o desconto total R\$ 105.318, sobre o valor total da dívida inscrita atualizada até a data da celebração do referido Termo. A receita financeira, gerada no valor de R\$ 105.318, será diferida em consequência dos vencimentos das parcelas, ou seja, a partir do 1º mês de vencimento da parcela e durante todo o prazo do parcelamento, observando o princípio da competência.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve reconhecimento no resultado do exercício das referidas receitas financeiras. Esta situação ocorreu devido a quitação parcial do parcelamento “Demais Débitos” no exercício de 2022, cujas parcelas só voltarão a ser pagas no exercício de 2025, onde juntamente ocorrerá o diferimento da receita diferida constante no passivo não circulante da Companhia.

O saldo constante em 31 de dezembro de 2023 e 2022 de receita a diferir é de R\$ 10.886.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia adota o regime de lucro real para a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Considerando que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, a Companhia incorreu em lucro contábil, porém, devido a reforma da Lei 11.101/05 e com os benefícios da Lei 14.112/20 o lucro tributável, foi compensado com 100% do Prejuízo Fiscal e, portanto, não houve imposto e contribuição social corrente nos respectivos exercícios.

A Companhia ainda possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social os quais são disponíveis para futuras compensações com lucros tributáveis futuros.

12. Provisões para demandas judiciais e depósitos judiciais

	31/12/2023			31/12/2022		
	Depósitos Judiciais	Depósitos e Cauções	Provisão para riscos	Depósitos Judiciais	Depósitos e Cauções	Provisão para riscos
Fiscais	194	-	1.080	28	-	852
Trabalhistas	-	-	-	-	-	41
Cíveis	-	-	170	-	-	238
Depósito Judicial - Recuperação judicial (b)	49.770	-	-	92.303	-	-
Depósitos e cauções (a)	-	73	-	-	73	-
Total	49.964	73	1.250	92.331	73	1.131

- (a) Trata-se de garantia de contratos de locação, sendo R\$ 27 mil sobre o contrato de locação de imóvel, para a continuidade das operações da Companhia; e R\$ 46 mil sobre o contrato de locação de galpão industrial para a guarda dos ativos imobilizados da Companhia, face a descontinuidade da operação do Hotel.
- (b) Valor em depósito judicial referente a arrematação do Hotel, liberado conforme solicitação da companhia e autorização do juízo recuperacional para entrar nas disponibilidades da companhia. Durante o exercício de 2023, houve a liberação para as disponibilidades da companhia do valor de R\$ 42 mil, assim, restando ainda a importância de R\$ 50 mil a ser resgatado quando houver autorização do juízo recuperacional.

Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	41	238	852	1.131
Adições líquidas	-	-	228	228
Baixa por reversão	(41)	(68)	-	(109)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	170	1.080	1.250

Processos cíveis e administrativos

Os processos cíveis e administrativos estão principalmente relacionados a danos morais e materiais à hóspedes e devolução de depósitos antecipados de eventos, cujo montante estimado como perda provável pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estima-se o valor provável de perda em R\$ 170 mil (R\$ 238 mil em 31 de dezembro de 2022).

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Processos trabalhistas

O total de processos trabalhistas, cujas expectativas de perda foram consideradas como prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2022, perfaz o montante de R\$ 41 mil. As ações trabalhistas movidas por ex-empregados se encontram todas relacionadas na recuperação judicial, conforme nota explicativa 9, razão pela qual não há valores contingenciados.

Processos tributários e previdenciários

Os processos fiscais estão vinculados diretamente a autos de infração decorrente de pendências de recolhimentos fiscais. Os valores relacionados a esses processos foram objeto de avaliação pela Procuradoria Geral e incluídos no Termo de Transação Individual, fundamentados nas Leis 5.172/1966, art. 171, 13.988/2020 e 10.522/202, art. 10-C, e nas Portarias PGFN 14.402/2020, 9.917/2020 e 2.382/2021, conforme Nota Explicativa 12 (b).

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O total de processos fiscais e tributários, cujas expectativas de perda foram consideradas como prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2023, compõe o montante de R\$ 1.080 mil (31 de dezembro de 2022 R\$ 852 mil).

13. Adiantamentos

Em fevereiro de 2020, com o surgimento da pandemia COVID-19, a qual assolou todo o mundo, fora imposta a quarentena com a proibição da realização de eventos, bem como de todas as atividades não essenciais ou que gerassem aglomeração. Em virtude deste fato, o Hotel interrompeu suas atividades em 26 de março de 2020, retomando as mesmas apenas em 04 de setembro de 2020.

Em virtude do fato relativo acima, os adiantamentos efetuados pelos clientes, relacionados contratação de serviços e espaço para a realização de eventos, os quais em sua maioria estavam previstos para ocorrerem em 2020, não ocorreram. Em 2021, as medidas restritivas ainda perduram quanto a realização de eventos, desta forma os valores ora adiantados permaneceram em aberto para o cumprimento da obrigação pela Companhia, do serviço anteriormente contratado.

Em virtude da descontinuidade da operação Hoteleira da Companhia, e conseqüentemente dos serviços prestados vinculados a tal operação, os serviços anteriormente contratados e cujos valores (totais ou parciais) foram adiantados pelos contratantes, não serão realizados em período futuro pela Companhia.

No exercício de 2023 houve solicitação por parte de algumas empresas detentoras do crédito, para recebimentos dos valores em recuperação judicial, o que acarretou uma baixa de R\$ 1.027 mil, sobre o valor de R\$ 2.242 mil, anteriormente antecipado, e conseqüente transferência destes valores para o grupo de quirografários.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Empréstimos e financiamentos

Em 2019 foi contraído empréstimo junto aos Bancos Santander (Brasil) S/A. em nome da Titã Empreendimentos e Participações Ltda. O valor nominal do empréstimo foi de R\$2.500.000,00. O valor da operação realizada à época foi repassado ao HM Hotéis e Turismo S.A, que em garantia de pagamento à Titã os recebíveis de cartão de crédito do Hotel.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos e Financiamentos	-	2.428
Passivo de Arrendamento	<u>62</u>	<u>55</u>
Total Passivo Circulante	62	2.483
Passivo de Arrendamento	-	61
Total Passivo Não Circulante	-	61
Total	<u>62</u>	<u>2.544</u>

No exercício de 2023 o empréstimo adquirido junto a Titã Empreendimentos e Participações Ltda, foi quitado em acordo com o Banco Santander no montante de R\$ 800 mil reais, gerando o desconto, uma receita financeira de R\$ 1.508 mil.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a análise dos contratos de arrendamentos, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 06, e fora identificado um (01) contrato de aluguel cujo prazo previsto no contrato é de 36 meses. Os valores foram mensurados e registrados como direito de uso e conseqüentemente o passivo de arrendamento.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social autorizado nos termos do artigo 168 e seus parágrafos, da Lei nº 6404/76 é de R\$ 32.807.188,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e sete mil, e cento e oitenta e oito reais) dividido em 26.789.700 (vinte e seis milhões, setecentos e oitenta e nove mil e setecentas) ações sem valor nominal, sendo 17.860.693 (dezesete milhões, oitocentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e três) ações ordinárias nominativas ou endossáveis e 8.929.007 (oito milhões, novecentos e vinte e nove mil e sete) ações preferenciais nominativas, sendo que o capital subscrito e integralizado é de R\$20.903.601,00 (vinte milhões, novecentos e três mil, seiscentos e um reais) dividido em 15.658.979 (quinze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e nove) ações ordinárias nominativas ou endossáveis.

As ações em nome de Henry Maksoud, estão em inventário judicial, desde seu falecimento em 17 de abril de 2014. Em 07 de maio de 2014 foi aprovada a reforma parcial do estatuto social apresentada pela diretoria, visando a extinção do conselho de administração, a alteração do prazo do mandato da diretoria que passa a ser de 3 anos. Em consequência foram alterados os capítulos I, III e IV. Foram eleitos como diretor presidente o Sr. Henry Maksoud Neto.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de dezembro de 2023 foram aprovadas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referente ao exercício social findo em 31/12/2022, mantido o capital social. Os cargos remanescentes de diretores executivos, como não foram apresentados candidatos, eles permaneceram vagos.

15.2. Distribuição de lucros

Conforme determina o estatuto social da Companhia, os acionistas devem deliberar sobre os dividendos a serem distribuídos com base nas demonstrações financeiras anuais. Nenhum dos acionistas terá direito a qualquer parcela dos lucros líquidos até que seja deliberada a sua distribuição e pagamento, após a definição em assembleia de acionistas.

Face exposto que do lucro líquido será deduzida: a) uma parcela de 5% (cinco por cento), destinada à constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; b) uma parcela destinada ao pagamento do dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) aos acionistas, dos quais serão antecipadamente deduzidos 6% (seis por cento) atribuídas às ações preferenciais.

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve aprovação e pagamento relativo à distribuição de lucros.

15.3. Remuneração dos administradores

A remuneração total anual dos administradores aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de dezembro de 2023, estimou-se o valor de R\$1.200 mil. O valor pago aos administradores no exercício de 2023 foi de R\$ 971 mil (em 2022 o valor de R\$ 915 mil).

16. Receita operacional líquida

As receitas e deduções da receita apresentadas para o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, atendem o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 31, quanto a apresentação do resultado.

As receitas operacionais da Companhia correspondem à prestação de consultoria na área de hotelaria.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita Operacional Líquida		
Receita Bruta de Serviços Prestados	244	116
Outras receitas	1	271
Total	245	387
Deduções da receita operacional bruta		
COFINS	(17)	(12)
PIS	(4)	(5)
ISS	(12)	(4)
Total	(33)	(21)
Receita operacional líquida	212	366
17. Resultado financeiro		
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos (a)	1.562	90.071
Rendimento de aplicação	-	1
Juros	-	4.464
Impostos sobre receita financeira	(70)	(218)
Receitas financeiras	1.492	94.318
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas financeiras:		
Juros e multas (b)	(12.724)	(17.494)
Despesas bancárias	(12)	(10)
Desconto concedido	-	(2)
Encargos cartão de crédito	-	(1)
Outras despesas financeiras	-	(8)
Despesas financeiras	(12.736)	(17.515)
Resultado financeiro	(11.244)	76.803

(a) No exercício de 2022, reconhecimento por competência dos descontos financeiros obtidos com os parcelamentos tributários federais, e saldo no exercício de 2023 referente a desconto obtido na quitação do empréstimo com o banco Santander, nota explicativa 14.

(b) Atualização de passivo da Companhia, tributário e concursal.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Receita não operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita sobre venda de sucata	-	20
Receita não operacional (a)	-	59.000
Receita não operacional (b)	1.289	-
Total	<u>1.289</u>	<u>59.020</u>

- a) Valor referente indenização pela desocupação do imóvel situado à Rua São Carlos do Pinhal, objeto de arrematação, denominado “Pagamento Desocupação”.
- b) Valor referente arrematação em leilão das obras de arte pertencente à Companhia.

19. Gastos com pessoal

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários	(276)	(854)
Adicional noturno	-	(12)
Seguro de vida	(27)	(27)
Vale transporte	(22)	(40)
Vale refeição	(22)	-
13º Salário	-	(139)
Férias	(59)	(686)
INSS	(331)	(325)
FGTS (a)	(247)	(2.522)
Indenização - Aviso prévio (a)	(799)	(1.056)
Hora extra	-	(38)
Acordos trabalhistas (b)	(1.656)	-
Outras despesas com pessoal	-	(92)
Total	<u>(3.439)</u>	<u>(5.791)</u>

- (a) Pagamento de FGTS e Indenizações trabalhistas em virtude das rescisões contratuais e recolhimentos em atraso das demissões ocorridas em exercícios anteriores.
- (b) Durante o exercício de 2023, a fim de regularizar as pendências judiciais com ex-colaboradores da Companhia, foram realizados diversos acordos judiciais encerrando os processos trabalhistas movidos contra a Companhia.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Serviços de terceiros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços jurídicos (b)	(2.269)	(774)
Auditoria e consultoria (c)	(1.219)	(1.963)
Manutenção de software e hardware	(46)	(190)
Serviços PJ (Pessoas Jurídicas)	<u>(2.456)</u>	<u>(1.680)</u>
Total	<u>(5.990)</u>	<u>(4.607)</u>

- a) Valores referentes a remuneração do corpo de diretores e gerência da companhia, onde realizam serviços administrativos.
- b) Serviços jurídicos solicitados pela Companhia, para representação diante dos processos vigentes nas áreas cíveis, fiscais e trabalhistas;
- c) Consultorias referentes a recuperação judicial e manutenção da operação da Companhia.

21. Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para Contingências Fiscais	41	787
Provisão para Contingências Cíveis	67	(238)
Provisão para Contingências Trabalhistas	<u>(227)</u>	<u>5.368</u>
Total	<u>(119)</u>	<u>5.917</u>

Movimentação de saldos de provisões de Contingências conforme respostas das circularizações dos advogados responsáveis pelos processos da Companhia, conforme nota explicativa 12.

22. Despesas tributárias e não recorrentes

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IPTU (a)	-	(3.107)
Outros	<u>(112)</u>	<u>(23)</u>
Total	<u>(112)</u>	<u>(3.130)</u>

- (a) Se trata de despesa relacionada ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do imóvel “Hotel Maksoud Plaza”, localizado na Rua São Carlos do Pinhal, nº 424, Bela Vista. Face a atividade da Companhia, o referido imposto é de obrigação do HM Hotéis e Turismo S.A., visto tratar-se do bem ao qual o imóvel é a unidade geradora de caixa (UGC). A obrigação tributária, sobre os valores a recolher de IPTU estão registradas conforme no passivo da Companhia, conforme Nota Explicativa 10.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23. Despesas com aluguéis

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com Aluguéis	1.502	337
Total	<u>1.502</u>	<u>337</u>

Valor de aluguel se refere à acordo realizado com o credor Voicetel, detentor dos equipamentos de informática que estavam localizados na Rua São Carlos do Pinhal, 424, onde operava o Hotel Maksoud Plaza. Com o encerramento das atividades hoteleiras no local, houve rompimento do contrato de locação dos referidos equipamentos. O rompimento gerou negociação entre as partes, agora resolvido amigavelmente com acordo no valor de R\$ 1.500 mil

24. Despesas com depósitos judiciais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Baixa Depósitos Judiciais	-	2.942
Total	<u>-</u>	<u>2.942</u>

Baixa realizada no exercício de 2022 após revisão dos depósitos judiciais da Companhia, bem como a dificuldade de recuperação e de confirmação por parte dos bancos dos valores envolvidos.

25. Instrumentos financeiros gestão de risco

a. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

O valor justo dos instrumentos financeiros é equivalente ao valor contábil com base nas condições de pagamento/recebimento existentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b. Considerações sobre riscos

Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Riscos de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída após todos os esforços para a recuperação do crédito, e em análise histórica de perdas, ou seja, um montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. No que tange a instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia encontram-se relacionados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4): os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;

- d.** Transações com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6): apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado;

e. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos ou quaisquer outras transações com instrumentos financeiros derivativos.

f. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia desde 2014, estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos endividamentos.

HM Hotéis e Turismo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Seguros (não auditado)

Após o vencimento do seguro anterior em 06 de março de 2023, não houve renovação do mesmo.

Durante a transição do imóvel “Hotel” situado a rua São Carlos do Pinhal, 424, para a nova sede da Companhia na Rua Diogo Moreira, 132 – Conjunto 1602, a Companhia não manteve cobertura de seguros. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria do balanço patrimonial e/ou das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

27. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023 até a data da autorização para a emissão desta demonstração financeira, que pudessem causar efeitos significativos nas demonstrações financeiras.